

**EDITAL DE PREGÃO N.º 047/2024**
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 195/2024**1. PREÂMBULO**

1.1. O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ**, inscrito no CNPJ sob n.º 75.457.341/0001-90 sediado à Avenida Minas Gerais, 220, Centro, nesta cidade de Jaguapitã – PR, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/21 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob n.º 047/2024 do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

1.2. É pregoeiro deste município: JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA, matrícula n.º 786342, designado pela Portaria n.º 20/2024.

1.3. É gestor de contratos deste município: LEONARDO JOSÉ MARTINS PEREIRA, matrícula n.º 8147903, designado pela Portaria n.º 377/2024.

1.4. No presente certame a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

1.5. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**, conforme datas e horários definidos abaixo:

DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ATÉ 08h20m DO DIA 21/01/2025.
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	08h30m DO DIA 21/01/2025.

1.6. Os esclarecimentos sobre este Edital somente serão respondidos quando solicitados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo ser endereçados ao e-mail: **pregao@jaguapita.pr.gov.br**.

1.7. As respostas aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio do



Município, no link:

<https://jaguapita.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes>, relativo ao Portal da Transparência, bem como no endereço: www.bll.org.br, para ciência de todos os interessados.

1.7.1. O Pregoeiro decidirá sobre o esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.8. Os atos e decisões da presente licitação serão publicados no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município, acessível no sítio eletrônico do Município no seguinte endereço: www.jaguapita.pr.gov.br e disponibilizados também no endereço: www.bll.org.br.

2. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE UNIFORMES E BOLSAS ESCOLARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E TURISMO**, nos termos das tabelas abaixo e demais condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (**Anexo 1 deste Edital**).

2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

3. PREÇO MÁXIMO

3.1. Os preços máximos, unitários e totais, para este certame, são os descritos na tabela do item lotes 1.2 do Termo de Referência.

3.2. Serão desclassificadas as propostas que, após a etapa de lances e da tentativa de negociação prevista no § 1º do art. 61 da Lei Federal n.º 14.133/21, possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos aqui definidos.

3.3. Os valores estimados serão executados de acordo com a necessidade do Município, ficando o mesmo desobrigado de sua execução total.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



4.1. As impugnações ao presente Edital poderão ser feitas até às 00h00m horas do dia 16/01/2024, três dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do Pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

4.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 08h00m às 17h00m, ou encaminhada por e-mail ao endereço eletrônico: pregao@jaguapita.pr.gov.br.

4.3. A impugnação será julgada em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será disponibilizada no sítio www.jaguapita.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, bem como no sítio www.bll.org.br.

4.4. Não será conhecida impugnação interposta por fax ou vencido o respectivo prazo legal.

4.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Não poderão participar, direta ou indiretamente, deste Pregão:

5.1.1. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/21;

5.1.2. Empresas cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Pregão;

5.1.3. Empresas que não estejam regularmente estabelecidas no País;

5.1.4. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o Município;

5.1.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;



5.1.6. Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;

5.1.7. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.1.8. Empresas cujo sócio, cotista ou dirigente seja servidor do Município, ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de servidor público do Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação;

6. CREDENCIAMENTO

6.1. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, telefone: (041) 3097-4600 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

6.2. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Adesão (instrumento particular de mandato) que deverá ser encaminhado pelo licitante à Bolsa de Licitações do Brasil (BLL) para cadastro, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão.

a.1) O Termo de Adesão poderá ser baixado para preenchimento através do site da BLL (www.bll.org.br), acessando o link “Cadastro”.

a.2) O Tempo mínimo exigido pela BLL para liberação da senha de acesso ao sistema é de 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento do Termo de Adesão acompanhado dos demais documentos. Portanto, o licitante deve se atentar para o prazo limite de envio das propostas e providenciar o cadastro em tempo hábil.

a.3) Dúvidas a respeito do credenciamento na BLL poderão ser sanadas pelo telefone (041) 3097-4600 ou pelo email contato@bll.org.br.



b) Após efetivação do cadastro o licitante deverá efetuar a inserção no sistema eletrônico do valor inicial de cada lote/item e no campo referente a marca inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

c) O licitante deverá ainda inserir em campo próprio do sistema, até o horário limite previsto neste edital, os documentos de habilitação solicitados no item 9.1 deste edital.

6.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante vencedor, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

6.4. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.2 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

6.5. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.6. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.7. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

6.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não



cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.9. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.10. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.11. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica.

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.13. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sítio **www.bll.org.br**, a partir da liberação do Edital, até às 08h20m do dia 21 de janeiro de 2025, horário de Brasília-DF.

7.3. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá obrigatoriamente informar nos campos próprios o valor de sua proposta inicial e a marca/modelo do item ofertado. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter



mais de um resultado.

Obs.: No campo referente a marca/modelo inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

7.4. A não inserção das informações solicitadas implicará na desclassificação da Empresa.

7.5. É vedada a identificação do licitante na Proposta Eletrônica. A identificação implicará na desclassificação da empresa.

7.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.6.1. *Valor unitário;*

7.6.2. *Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.*

7.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.



7.10. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

7.11. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste edital.

7.12. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais junto a BLL se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate, art. 44 e 45 da LC 123/2006, facultado ao Município se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento do LICITANTE como ME ou EPP diante das normas da Lei.

7.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.15. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão editar sua proposta e/ou retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

7.16. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.17. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.18. Ocorrendo discordância entre o valor unitário e o total, prevalecerá o primeiro.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



8.1. A partir das 08h30m horas do dia 21 de janeiro de 2025, horário de Brasília- DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico **www.bll.org.br**, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas.

8.4.1. A aceitabilidade das propostas estará sujeita a não identificação do licitante;

8.4.2. Não será aceita proposta com valores superiores ao máximo fixado no Edital;

8.4.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.



- 9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 9.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 9.5. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 0,01 e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 9.6. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 9.7. Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta inicial para efeito da classificação final.
- 9.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 9.9. A fase de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos.
- 9.10. Encerrado o prazo inicialmente fixado, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances.
- 9.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.12. As propostas de licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada nos termos do subitem acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos – controlados pelo sistema – contados após a comunicação automática para tanto.



9.14. Caso a licitante classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15. O disposto no subitem acima somente será aplicável quando a melhor proposta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.16. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

9.17. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública;

9.18. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na LC n.º 123/06, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/21, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, no caso de ausência de envio de lances após o início da fase competitiva.

11. NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.2. O Pregoeiro poderá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo



após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. A proposta de preços, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares exigíveis para essa etapa ou quando necessários à confirmação daqueles exigidos e já apresentados, deverá ser anexada no sistema Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, pelo licitante convocado, em até 2 (duas) horas.

12.1.1. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.3. A proposta deverá conter:

12.3.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo 2 deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

12.3.2. Preços unitários e totais, em Real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

12.3.3. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.3.4. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação.

12.4. A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob



pena de desclassificação.

12.5. A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

12.6. A apresentação da proposta implicará:

12.6.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos;

12.6.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais, e, condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização do Município.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

13.1. O critério de julgamento da presente licitação é o de MENOR PREÇO POR LOTE.

14. JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

14.1. Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/21, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação.

14.2. No caso de constatação de falta de condição de participação, o licitante será excluído do certame.

14.3. Confirmadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta quanto às especificações do objeto ofertado e compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

14.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital,



inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

14.7. Não serão aceitas propostas que possuam valores unitários e totais superiores aos máximos ou preço manifestamente inexequível.

14.8. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.9. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei n.º 14.133 de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.9.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.9.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.9.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.9.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.9.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.9.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

14.9.7. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou



similares;

14.9.8. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

14.9.9. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.9.10. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

14.9.11. Estudos setoriais;

14.9.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos equipamentos;

14.9.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.10. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.12. A adequação da proposta na forma acima não poderá acarretar majoração de seu valor global.

14.13. Serão também desclassificadas as propostas:

14.13.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

14.13.2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das



demais proponentes;

14.13.3. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

14.13.4. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

14.13.5. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

14.14. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15. HABILITAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação as licitantes deverão inserir em campo próprio do sistema os seguintes documentos:

15.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



15.2.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.2.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

15.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, emitido há no máximo 60 (sessenta) dias da abertura do certame.

15.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

15.4.1. *Prova de regularidade com a Fazenda Nacional*, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.4.2. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual* relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.4.3. *Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal* relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

15.4.2. *Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de*



Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.4.5. *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho*, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.5. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

15.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.9. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

15.10. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido



pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.11. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

15.12.1. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

15.12.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

15.12.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

15.12.4. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal n.º 14.133/21;

15.12.5. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

15.13. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.14. Todos os documentos deverão ser apresentados:

15.14.1. Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome da licitante e com o



número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.14.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.14.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.14.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório.

15.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

15.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

15.17. As declarações poderão ser assinadas digitalmente, ou na falta da assinatura digital, estas, deverão ser enviadas originais ao departamento de licitações.

15.18. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

16. VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. Consideradas cumpridas todas as exigências do Edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro o declarará vencedor.

16.2. Ocorrendo a inabilitação, o Pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no



prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

17.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

17.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

17.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

17.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

17.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18. RECURSOS

18.1. Após as etapas de julgamento, o sistema abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer.



18.2. Registrada a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio: **www.bll.org.br**.

18.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 03 (três) dias úteis para:

18.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

18.4.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

18.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá até 10 (dez) dias úteis para decidir.

18.4.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

18.6. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicação e homologação.

18.7. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na Plataforma da BLL, e no portal da transparência do Município de Jaguapitã-PR.

19. ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Após a homologação da licitação, a ata de registro de preços será enviada ao licitante vencedor para assinatura.

19.2. Para a assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser



mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.3. Farão parte da ata, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste Edital.

19.4. O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ata, para devolvê-la assinada, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.5. O prazo para devolução da ata poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

19.6. A pessoa que assinar a ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

19.7. Em caso de recusa ou impossibilidade do licitante vencedor em assinar a ata, executar o objeto, ou quando não fizer a comprovação referida no item anterior, o Município adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitadores e feita a negociação, contratar com a Administração.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos da dotação orçamentária, conforme anexo anterior ao edital (INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA).

21. SANÇÕES

21.1. Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos casos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21 e legislação correlata.

21.2. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:



- 21.2.1. Apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);
- 21.2.2. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 10% (dez por cento);
- 21.2.3. Não manter sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 20% (vinte por cento);
- 21.2.4. Recusar, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos: multa de 30% (trinta por cento).
- 21.3. Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada por processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa" para cobrança judicial.
- 21.4. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade.
- 21.5. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta da ata.

22. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 22.1. Fica assegurado ao Município o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.



22.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

23. DO PAGAMENTO

23.1. Conforme IN RFB 1234/2012, a empresa vencedora deste certame terá o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pelo Município de Jaguapitã, referente ao produto/serviço, objeto deste certame.

23.1.1. Será utilizado a tabela constante na IN RFB 1234/2012 como base para a alíquota da retenção.

23.1.2. Não terá retenção do IRRRF na NF, empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, assim como Microempreendedores Individuais (MEI).

23.2. O pagamento, decorrente da entrega dos produtos objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 dias, contados do recebimento definitivo do objeto, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

23.3. A empresa deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND do INSS e FGTS com validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

23.4. Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susinado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

23.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

23.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

23.7. O município de Jaguapitã não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.



23.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e eventuais amostras. O Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.1.1. As amostras dos itens poderão ser solicitadas pelo pregoeiro ou agente de contratação.

24.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública, exceto nos casos previstos no artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133/21.

24.3. O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros.

24.4. Das sessões públicas serão geradas atas circunstanciadas.

24.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

24.6. Na hipótese de divergência entre este Edital e as condições apresentadas pelos licitantes em suas propostas, prevalecerão sempre os termos deste Edital.

24.7. Na contagem dos prazos constantes do presente Edital, observar-se-á o disposto no artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/21, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

24.8. Integram o presente Edital:

24.8.1. Anexo 1 – Termo de Referência;

24.8.2. Anexo 2 – Estudo Técnico Preliminar;



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

24.8.3. Anexo 3 – Modelo de Proposta de Preço;

24.8.4. Anexo 4 – Minuta da Ata de Registro de Preços.

24.9. Fica eleito o Foro Central da Comarca de Jaguapitã-PR para solucionar eventuais litígios decorrentes desta licitação.

Jaguapitã/PR, 22 de novembro de 2024.

GERSON LUIZ MARCATO

Prefeito Municipal

**ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO.**

Abertura de certame licitatório visando a aquisição de material específico para suprir as necessidades da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**.

2. JUSTIFICATIVA DA COMPRA

Esta aquisição é de grande importância devido a permanência do fornecimento gratuito a todos os alunos e pais/responsáveis de Uniformes Escolares Completos, nos quais possuem Camiseta de Manga Curta, Camiseta de Manga Longa, Calça, Bermuda ou Short-Saia e Jaqueta, todos nas cores referentes a bandeira do município de Jaguapitã, com a devida representatividade. Além do fornecimento de Mochilas Escolares (de alça para Fundamental e de carrinho para Infantil) para cada aluno, facilitando no carregamento de materiais e evitando gastos por parte dos pais, principalmente em casos de vulnerabilidade financeira, contando também com estojos e pastas de professores, auxiliando na entrega de um ensino de qualidade e eficiência no ano de 2025.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE VALORES

A estimativa preliminar do preço visa à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade. O orçamento estimativo final é resultado das apurações realizadas por meio de pesquisas de preços, conforme anexos a esta documentação.

LOTE 01 – UNIFORME ESCOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO	DISC.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	CAMISETA MANGA CURTA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	5.000	35,00	175.000,00
02	CAMISETA MANGA LONGA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	2.500	40,00	100.000,00
03	CALÇA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	2.500	55,00	137.500,00
04	BERMUDA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	1.300	35,00	45.500,00
05	SHORT SAIA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	1.300	40,00	52.000,00
06	JAQUETA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	2.500	100,00	250.000,00

VALOR TOTAL POR LOTE: R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais).

**LOTE 02 – BOLSA ESCOLAR**

ITEM	DESCRIÇÃO	DISC.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	MOCHILA ESCOLAR FUNDAMENTAL COM ALÇAS CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	1.300	85,00	110.500,00
02	MOCHILA DE CARRINHO CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	900	150,00	135.000,00
03	ESTOJO ESCOLAR TIPO CANOA CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	2.500	25,00	62.500,00
04	PASTA PROFESSOR CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO EM ANEXO	UN	200	120,00	24.000,00

VALOR TOTAL POR LOTE: R\$ 332.000,00 (trezentos e trinta e dois mil reais).

3.1. Valor global da proposta: R\$ 1.092.000,00 (Um milhão e noventa e dois mil reais).

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Os materiais deverão ser entregues conforme descritos, respeitando criteriosamente as especificações contidas no Termo de Referência.

Caso seja entregue material divergente do especificados, fica a cargo do profissional da área de fonoaudiologia aceitar ou não, ficando sujeito a devolução do item.

5. DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência será de 12 meses contados a partir da data de publicação.

6. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O material deverá ser fornecido no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a emissão da nota de empenho, no local indicado pela Secretaria Requisitante e descrito no corpo do empenho, de segunda a sexta, das 08h15m às 11h00m e das 13h45m às 16h00m.

Os produtos serão fornecidos conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, observando os Parâmetros e Critérios para o Controle de qualidade do produto. No ato da entrega o fornecedor deverá colher assinatura da pessoa responsável pelo recebimento do produto.

Qualquer alteração nos produtos observada durante o recebimento ou a posteriori, que, venham a desclassificá-lo para o uso, será objeto de troca, sem

29



ônus para Prefeitura Municipal.

7. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, considerando-se como condição essencial para a efetivação dos pagamentos o completo e perfeito fornecimento dos equipamentos, mediante emissão de Nota Fiscal.

Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontra-se adimplente com a Regularidade Fiscal e Trabalhista. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DA FISCALIZAÇÃO

A execução contratual será acompanhada pelo Fiscal de Contrato, o servidor municipal Flávio Henrique Barbosa Ribeiro, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/21.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

9. DOS DEVERES DO CONTRATADO

São deveres da CONTRATADA:

- a) Acusar o recebimento da Nota de Empenho;
- b) Entregar os produtos no prazo, no local e nas condições exigidas neste Termo de Referência;
- c) Juntamente com a entrega dos produtos, emitir Nota Fiscal com a mesma descrição constante na Nota de Empenho;
- d) Encaminhar certidões de regularidade Fiscal juntamente com a Nota Fiscal;



- e) Efetuar a troca ou substituição dos produtos, que porventura apresentarem problemas de qualidade, avarias resultante de transporte, assim como defeitos em suas embalagens ou acondicionamentos.
- f) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

São deveres da CONTRATANTE:

- a) Emitir a Nota de Empenho e informar ao contratado;
- b) Certificar a Nota Fiscal apresentada pela contratada após conferir se os produtos entregues correspondem à especificação do Termo de Referência;
- c) Efetuar o pagamento de acordo com a Nota Fiscal emitida pelo contratado e com a certificação da Nota Fiscal.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

À disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação, bem como dos casos omissos ficam sujeitos aos preceitos previstos na Lei nº 14.133/21.

Jaguapitã – PR, 30 de outubro de 2024.

ROSIMEIRE SIMEONI DE LIMA
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria N° 195/2024

Apêndice do Anexo 1 – Descritivo Ilustrado de Uniformes e Bolsas Escolares.

LOTE 1

DESCRIPTIVO TÉCNICO
(UNIFORMES ESCOLARES)

ITEM 01 - CAMISETA MANGA CURTA
FIGURA ILUSTRATIVA



1-DESCRIÇÃO DO PRODUTO CAMISETA MANGA CURTA: CONFECCIONADA EM MEIA MALHA, COMPOSIÇÃO 63,00% POLIESTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE, NA COR BRANCO, PANTONE 11-0602 TPX, GRAMATURA DO TECIDO 170G/M².

2-MANGAS: AS MANGAS DA CAMISETA DEVERÃO SER CONFECCIONADAS EM MEIA MALHA, COM COMPOSIÇÃO 63,00% POLIESTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE, ANTI-PILLING, COM SUA GRAMATURA DE 170,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX, COM ACABAMENTO EM BAINHA DE 2CM EM MÁQUINA GALONEIRA DUAS AGULHAS LARGAS.

3-RECORTE DAS LATERAIS: A CAMISETA DEVERÁ TER UM RECORTE NAS LATERAIS, CONFORME LAYOUT, CONFECCIONADO EM MEIA MALHA, COM COMPOSIÇÃO 63,00% POLIESTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE, ANTI-PILLING, COM SUA GRAMATURA DE 170,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX, ENTRE A COSTURA DE JUNÇÃO DO RECORTE AZUL ROYAL COM A MALHA BRANCA DO CORPO, DEVERÁ TER UM VIVO MEDINDO 3MM DE LARGURA PRONTO, EM PV (65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE) COM SUA GRAMATURA DE 170 G/M², NA COR AMARELO PANTONE APROXIMADO 12-0752 TPX.



4-GOLA: A CAMISETA ESCOLAR MANGA CURTA DEVERÁ POSSUIR GOLA REDONDA EM RIBANA 1X1 65,5%POLIÉSTER 31,5%VISCOSE 3%ELASTANO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 220G/M², MALHA SANFONADA, COM LARGURA DE 2,00 CM NA PEÇA ACABADA NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX, COSTURADO EM MÁQUINA OVERLOQUE. A CAMISETA DEVERÁ TER COBRE GOLA COSTURADO EM MÁQUINA GALONEIRAUMA AGULHA E RABATIDO EM MÁQUINA RETAUMA AGULHA. OS OMBROS, LATERAIS E MANGAS DEVERÃO SER COSTURADOS EM MÁQUINA OVERLOQUE.

5-A BARRA DA CAMISETA: DEVERÁ SER COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA 2 AGULHAS LARGAS COM 2,0 CM PRONTA.

6-LINHAS PARA CONFEÇÃO: PARA CONFEÇÃO DESTA PEÇA DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIÉSTER, Nº120, NA COR DO TECIDO.

7-DA PEÇA: A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E INTEGRAL, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.

8-ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO: A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFIXADA EM CARÁTER PERMANENTE E INDELÉVEL NA PARTE TRASEIRA DA GOLA. OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS NA COR PRETA DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, MARCA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS/INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO. AS ETIQUETAS DEVEM CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ETIQUETAGEM DE PRODUTOS TÊXTEIS, DETERMINADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONMETRO, DE 6 DE MAIO DE 2008.

FIGURA 1

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE ETIQUETA TERMOCOLANTE BORDADA EM ALTA DEFINIÇÃO APLICADO ATRAVÉS DE PRENSA TÉRMICA DIMENSÕES DO BRASÃO 65 MM DE LARGURA POR 65 MM DE ALTURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



FIGURA 2

NA FRENTE DA CAMISETA, DO LADO DIREITO DE QUEM VESTE, DEVERÁ CONTER UM SILKSCREEN DE DUAS CORES, RESPECTIVAMENTE DE CIMA PARA BAIXO: AMARELO E ROYAL, SENDO QUE NA PARTE DO SILKSCREEN AMARELO DEVERÁ CONTER DE FORMA SILKADA EM AZUL ROYAL A



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

ESCRITA "PREFEITURA MUNICIPAL DE" NA FAIXA ROYAL DEVERÁ CONTER A ESCRITA "JAGUAPITÃ - PR" EM LETRA ARIAL VAZADO. ALTURA DA FAIXA AMARELO DEVERÁ TER MEDIDA DE 12,0 MM DE ALTURA E DA FAIXA ROYAL DE 18,0 MM DE ALTURA O COMPRIMENTO DAS FAIXAS DEVERÁ RESPEITAR A PROPORÇÃO DO TAMANHO DA CAMISETA EM QUE SERÁ APLICADA.

FIGURA ILUSTRATIVA



FIGURA 3

NAS COSTAS DA CAMISETA DEVERÁ CONTER UM SILKSCREEN CONFORME DESENHO ABAIXO NA COR AZUL ROYAL NAS MEDIDAS DE 180 MM DE ALTURA X 130 MM DE LARGURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



TABELA DE MEDIDAS PARA AS CAMISETAS MANGA CURTA

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS											
TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
Comprimento do corpo	41	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74	75
Largura do corpo	31	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56	60
Comprimento da manga	13	15	15,5	16,5	17,5	18	19	21,5	23	24	25	25,5
Abertura da Cava	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26	26,5
Abertura da Manga	10	11	13	14	14,5	15	16	17	18	19	20	21

Comprimento do antebraço	8	10	11	11	11,5	12	13	16	17	17	17	17,5
Comprimento do Ombro	6,5	8	9,5	10	10,5	11	12	12	14	16	17,5	19
Tolerância nas medidas de 1 cm para mais ou 1 cm para menos ou conforme norma ABNT NBR 12.071/02												

ITEM 02 -CAMISETA MANGA LONGA

FIGURA ILUSTRATIVA



1-DESCRIÇÃO DO PRODUTO CAMISETA MANGA LONGA: CONFECCIONADA EM MEIA MALHA, COMPOSIÇÃO 63,00% POLIÉSTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE, NA COR BRANCO, PANTONE 11-0602 TPX, GRAMATURA DO TECIDO 170G/M².

2-MANGAS: AS MANGAS DA CAMISETA DEVERÃO SER CONFECCIONADAS EM MEIA MALHA, COM COMPOSIÇÃO 63,00% POLIÉSTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE, ANTI-PILLING, COM SUA GRAMATURA DE 170,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX, COM ACABAMENTO DOPUNHO EM MÁQUINA OVERLOQUE, CONFECCIONADO EM RIBANA 1X1, COMPOSIÇÃO 65,5% POLIÉSTER 31,5% VISCOSE 3% ELASTANO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 220G/M², MALHA SANFONADA, COM LARGURA CONFORME TABELA DE MEDIDAS, NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX.

3-RECORTES DAS LATERAIS: A CAMISETA DEVERÁ TER UM RECORTE NAS LATERAIS, CONFORME LAYOUT, CONFECCIONADO EM MEIA MALHA, COM COMPOSIÇÃO 63,00% POLIÉSTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE, ANTI-PILLING, COM SUA GRAMATURA DE 170,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX, ENTRE A COSTURA DE JUNÇÃO DO RECORTE AZUL ROYAL COM A MALHA BRANCA DO CORPO, DEVERÁ TER UM VIVO MEDINDO 3MM DE LARGURA PRONTO, EM PV (65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE) COM SUA GRAMATURA DE 170 G/M², NA COR AMARELO PANTONE APROXIMADO 12-0752 TPX.

4-GOLA: A CAMISETA ESCOLAR MANGA LONGA DEVERÁ POSSUIR GOLA REDONDA EM RIBANA 1X1 65,5% POLIÉSTER 31,5% VISCOSE 3% ELASTANO, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 220G/M², MALHA SANFONADA, COM LARGURA DE 2,00 CM NA PEÇA ACABADA NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX, COSTURADO EM MÁQUINA OVERLOQUE. A CAMISETA DEVERÁ TER COBRE GOLA COSTURADO EM MÁQUINA GALONEIRA UMA AGULHA E RABATIDO EM MÁQUINA RETA UMA AGULHA. OS OMBROS, LATERAIS E MANGAS DEVERÃO SER COSTURADOS EM MÁQUINA OVERLOQUE.

5-A BARRA DA CAMISETA: DEVERÁ SER COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA 2 AGULHAS

35



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

LARGAS COM 2,0 CM PRONTA.

6-LINHAS PARA CONFEÇÃO: PARA CONFEÇÃO DESTA PEÇA DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIÉSTER, Nº120, NA COR DO TECIDO.

7-DA PEÇA: A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E ÍNTEGRA, ÍSENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.

8-ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO: A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFIXADA EM CARÁTER PERMANENTE E INDELÉVEL NA PARTE TRASEIRA DA GOLA. OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS NA COR PRETA DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, MARCA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS/INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO. AS ETIQUETAS DEVEM CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ETIQUETAGEM DE PRODUTOS TÊXTEIS, DETERMINADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONMETRO, DE 6 DE MAIO DE 2008.

FIGURA 1

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE ETIQUETA TERMOCOLANTE BORDADA EM ALTA DEFINIÇÃO APLICADO ATRAVÉS DE PRENSA TÉRMICA DIMENSÕES DO BRASÃO 65 MM DE LARGURA POR 65 MM DE ALTURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



FIGURA 2

NA FRENTE DA CAMISETA, DO LADO DIREITO DE QUEM VESTE, DEVERÁ CONTER UM SILKSCREEN DE DUAS CORES, RESPECTIVAMENTE DE CIMA PARA BAIXO: AMARELO E ROYAL, SENDO QUE NA PARTE DO SILKSCREEN AMARELO DEVERÁ CONTER DE FORMA SILKADA EM AZUL ROYAL A ESCRITA "PREFEITURA MUNICIPAL DE" NA FAIXA ROYAL DEVERÁ CONTER A ESCRITA "JAGUAPITÃ - PR" EM LETRA ARIAL VAZADO. ALTURA DA FAIXA AMARELO DEVERÁ TER MEDIDA DE 12,0 MM DE ALTURA E DA FAIXA ROYAL DE 18,0 MM DE ALTURA O COMPRIMENTO DAS FAIXAS DEVERÁ RESPEITAR A PROPORÇÃO DO TAMANHO DA CAMISETA EM QUE SERÁ APLICADA.

FIGURA ILUSTRATIVA



**FIGURA 3**

NAS COSTAS DA CAMISETA DEVERÁ CONTER UM SILKSCREEN CONFORME DESENHO ABAIXO NA COR AZUL ROYAL NAS MEDIDAS DE 180 MM DE ALTURA X 130 MM DE LARGURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



TABELA DE DIMENSÕES DA CAMISETA MANGA LONGA

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS											
TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
COMPRIMENTO DO CORPO	41	44	46	49	54	58	60	65	70	72	74	75
LARGURA DO CORPO	31	35	36,5	38	39,5	42	44	45,5	49	53,2	56	60
COMPRIMENTO DA MANGA	29	32	36,5	41	44	46	53	56	58	59	61	63
ABERTURA DA CAVA	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	21,5	22,5	23	24	25	26	26,5
ABERTURA DA MANGA	10	11	11,5	12	12,5	13	13,5	14	15	15,5	16	17,5
LARGURA DO PUNHO	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5
COMPRIMENTO DO PUNHO	5	6	6	7	7	8	8	9	10	10	11	12
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU 1 CM PARA MENOS OU CONFORME NORMA ABNT NBR 12.071/02												

ITEM 03 – BERMUDA MASCULINA

FIGURA ILUSTRATIVA



1-DESCRIÇÃO DO PRODUTO BERMUDA: BERMUDA ESCOLAR CONFECCIONADA EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO, 9,70%VISCOSE, 1,3%ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX.

2-BOLSOS: A BERMUDA DEVERÁ TER DOIS BOLSOS LATERAIS NO MESMO TECIDO, REBATIDO COM 05CM EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA.

3-GALÕES: NAS LATERAIS DA BERMUDA EM CADA PERNA, DIREITA E ESQUERA, DEVERÁ SER APLICADO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS PONTO CORRENTE, DOIS GALÕES DE 1,2CM CADA, DA SEGUINTE FORMA FRENTE PARA TRASEIRA, BRANCO EM CIMA DA EMENDA LATERAL, E O AMARELO NA TRASEIRA, EM PV (65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE) COM SUA GRAMATURA DE 170 G/M².

PANTONE DO GALÃO BRANCO 11-0602 TPX.

PANTONE DO GALÃO AMARELO 12-0752 TPX.

4-TERMOCOLANTE: A BERMUDA DEVERÁ TER NA PERNA ESQUERDA DE QUEM VESTE UMBRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE TERMOCOLANTE, COM CORES FIÉIS CONFORME O BRASÃO ABAIXO, FIGURA 1.

5-ELÁSTICO: NA CINTURA DEVERÁ SER COSTURADO EM MÁQUINA ZERO-MAX UM ELÁSTICO DE 4,0 CM DE LARGURA, E REBATIDO EM MÁQUINA CATRACA QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, PARA TODOS OS TAMANHOS.

6-BAINHAS: AS BAINHAS DA BARRA DEVERÃO SER COSTURADAS EM MÁQUINA GALONEIRA COM 2,0 CM PRONTO, COM DUAS AGULHAS LARGAS.

7-COSTURAS ENTRE PERNAS: AS COSTURAS DO ENTRE PERNAS, LATERAIS E GANCHOS DA PEÇA DEVEM SER COSTURADAS EM MÁQUINA OVERLOQUE.

8-CONFECCÃO: PARA CONFECCÃO DESTA PEÇA DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIÉSTER, N°120, NA COR DO TECIDO.

9- DA PEÇA: A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E INTEGRAL, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.

10-ETIQUETA IDENTIFICAÇÃO: A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFIXADA EM CARÁTER PERMANENTE E INDELÉVEL NA PARTE INTERNA DE CADA PEÇA, NO CENTRO DO GANCHO TRASEIRO, OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS NA COR PRETA DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, MARCA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS/INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO. AS ETIQUETAS DEVEM CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ETIQUETAGEM DE PRODUTOS TÊXTEIS, DETERMINADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONMETRO, DE 6 DE MAIO DE 2008.

FIGURA 1

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE ETIQUETA TERMOCOLANTE BORDADA



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

EM ALTA DEFINIÇÃO APLICADO ATRAVÉS DE PRENSA TÉRMICA DIMENSÕES DO BRASÃO 65 MM DE LARGURA POR 65 MM DE ALTURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



TABELA DE DIMENSÕES DA BERMUDA MASCULINA

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS													
	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	EGG
GANCHO FRENTE	15	18	19	20	21	23	24	25	27	30	31	33	34	36
GANCHO COSTAS	19	22	23	24	25	27	28	29	30	33	35	36	38	39
CINTURA COM ELÁSTICO	22	24	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35	36	37
COXA	21	24	25	26	27	29	30	31	32	34	36	37	39	41
ENTRE PERNAS	15	19	20	21	23	24	25	26	28	28	30	31	33	35
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU 1 CM PARA MENOS OU CONFORME NORMA ABNT NBR 12.071/02														

ITEM 04 – SHORT-SAIA FEMININO

FIGURA ILUSTRATIVA



1-SHORTS SAIA: SHORTS SAIA ESCOLAR CONFECCIONADA EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO 9,70%VISCOSE 1,3%ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX.

2-RECORTE SAIA: A SAIA DEVERÁ TER UM RECORTE NO LADO ESQUERDO DE QUEM VESTE, NA COR AMARELO 12-0752 TPX, EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO 9,70% VISCOSE 1,3% ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280G/M². CONFORME DESENHO ILUSTRATIVO.

3-GALÕES: NAS LATERAIS DA BERMUDA EM CADA PERNA, DIREITA E ESQUERA, DEVERÁ SER APLICADO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS PONTO CORRENTE, DOIS GALÕES DE 1,2CM CADA, DA SEGUINTE FORMA FRENTE PARA TRASEIRA, BRANCO EM CIMA DA EMENDA LATERAL, E O AMARELO NA TRASEIRA, EM PV (65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE) COM SUA GRAMATURA DE 170 G/M².

PANTONE DO GALÃO BRANCO 11-0602 TPX.

PANTONE DO GALÃO AMARELO 12-0752 TPX.

4-TERMOCOLANTE: EM CIMA DESSE RECORTE AMARELO, DO LADO ESQUERDO, DEVERÁ TER UM TERMOCOLANTE DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, COM CORES FIÉIS CONFORME O BRASÃO ABAIXO, CONFORME FIGURA 1.

5-ELÁSTICO: NA CINTURA DEVERÁ SER COSTURADO EM MÁQUINA ZERO-MAX UM ELÁSTICO DE 4,0 CM DE LARGURA, E REBATIDO EM MÁQUINA CATRACA QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, PARA TODOS OS TAMANHOS.

6-BAINHAS BERMUDA E SAIA: AS BAINHAS DA BARRA DEVERÃO SER COSTURADAS EM MÁQUINA GALONEIRA COM 2,0 CM PRONTO, COM DUAS AGULHAS LARGAS.

7-COSTURAS ENTRE PERNAS: AS COSTURAS DO ENTRE PERNAS, LATERAIS E GANCHOS DA PEÇA DEVEM SER COSTURADAS EM MÁQUINA OVERLOQUE.

8-CONFECÇÃO: PARA CONFECÇÃO DESTA PEÇA DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIÉSTER, Nº120, NA COR DO TECIDO.

9- DA PEÇA: A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E INTEGRAL, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.

10-ETIQUETA IDENTIFICAÇÃO: A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFIXADA EM CARÁTER PERMANENTE E INDELÉVEL NA PARTE INTERNA DE CADA PEÇA, NO CENTRO DO GANCHO TRASEIRO, OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS NA COR PRETA DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, MARCA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS/INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO. AS ETIQUETAS DEVEM CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ETIQUETAGEM DE PRODUTOS TÊXTEIS, DETERMINADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONMETRO, DE 6 DE MAIO DE 2008.

FIGURA 1

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE ETIQUETA TERMOCOLANTE BORDADA

40



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

EM ALTA DEFINIÇÃO APLICADO ATRAVÉS DE PRENSA TÉRMICA DIMENSÕES DO BRASÃO 65 MM DE LARGURA POR 65 MM DE ALTURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



TABELA DE MEDIDAS DO SHORT SAIA

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS													
TAMANHOS	0	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	EGG
ENTRE AS PERNAS	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	24	26	27	28
COXA	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	32	33
GANCHO DA FRENTE COM CÔS	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	31	32	33
GANCHO DE COSTA COM CÔS	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
CINTURA	21	21,5	22	22,5	23,5	25	26	27	28	29	31	32	33	34
ABERTURA PERNA	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	26	28
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU 1 CM PARA MENOS OU CONFORME NORMA ABNT NBR 12.071/02														

ITEM 05 – CALÇA UNISSEX

FIGURA ILUSTRATIVA



1-DESCRIÇÃO DO PRODUTO: CALÇA ESCOLAR UNISSEX: CALÇA ESCOLAR UNISSEX CONFECCIONADA EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00% POLIÉSTER, 28,00% ALGODÃO, 9,70% VISCOSE, 1,3% ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX.

2-BOLSOS: A CALÇA DEVERÁ TER DOIS BOLSOS LATERAIS NO MESMO TECIDO, REBATIDO COM 05CM EM MÁQUINA RETA 1 AGULHA.

3-GALÕES: NAS LATERAIS DA CALÇA EM CADA PERNA, DIREITA E ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS PONTO CORRENTE, DOIS GALÕES DE 1,2CM CADA, DA SEGUINTE FORMA FRENTE PARA TRASEIRA, BRANCO EM CIMA DA EMENDA LATERAL, E O AMARELO NA TRASEIRA, EM PV (65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE) COM SUA GRAMATURA DE 170 G/M².

PANTONE DO GALÃO BRANCO 11-0602 TPX.

PANTONE DO GALÃO AMARELO 12-0752 TPX.

4-TERMOCOLANTE: A CALÇA DEVERÁ TER NA PERNA ESQUERDA DE QUEM VESTE UMBRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE TERMOCOLANTE, COM CORES FIÉIS CONFORME O BRASÃO ABAIXO, FIGURA 1.

5-ELÁSTICO: NA CINTURA DEVERÁ SER COSTURADO EM MÁQUINA ZERO-MAX UM ELÁSTICO DE 4,0 CM DE LARGURA, E REBATIDO EM MÁQUINA CATRACA QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, PARA TODOS OS TAMANHOS.

6-BAINHAS: AS BAINHAS DA BARRA DEVERÃO SER COSTURADAS EM MÁQUINA GALONEIRA COM 2,0 CM PRONTO, COM DUAS AGULHAS LARGAS.

7-COSTURAS ENTRE PERNAS: AS COSTURAS DO ENTRE PERNAS, LATERAIS E GANCHOS DA PEÇA DEVEM SER COSTURADAS EM MÁQUINA OVERLOQUE.

8-CONFECÇÃO: PARA CONFECÇÃO DESTA PEÇA DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIÉSTER, N°120, NA COR DO TECIDO.

9- DA PEÇA: A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E INTEGRAL, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.

10-ETIQUETA IDENTIFICAÇÃO: A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFIXADA EM CARÁTER PERMANENTE E INDELÉVEL NA PARTE INTERNA DE CADA PEÇA, NO CENTRO DO GANCHO TRASEIRO, OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS NA COR PRETA DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, MARCA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS/INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO. AS ETIQUETAS DEVEM CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ETIQUETAGEM DE PRODUTOS TÊXTEIS, DETERMINADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONMETRO, DE 6 DE MAIO DE 2008.

**FIGURA 1**

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE ETIQUETA TERMOCOLANTE BORDADA EM ALTA DEFINIÇÃO APLICADO ATRAVÉS DE PRENSA TÉRMICA DIMENSÕES DO BRASÃO 65 MM DE LARGURA POR 65 MM DE ALTURA.

FIGURA ILUSTRATIVA**TABELA DE MEDIDAS DA CALÇA ESCOLAR**

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS											
TAMANHOS	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A - COMPRIMENTO TOTAL	58	64	70	78	83	89	92	97	101	104	106	106
B - COXA	22	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35	35
C - GANCHO FRENTE	19	20	21	22	23	25	26	27	29	30	31	32
D - GANCHO COSTAS	24	25	27	28	29	30	31	33	34	35	36	37
E - ELÁSTICO	24	25	26	27	28	29	30	32	33	34	35	36
F - ABERTURA DO BOLSO	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14
G - ENTRE PERNAS	40	45	50	57	61	66	67	72	74	76	77	77
H - ABERTURA DE PERNAS	13	14	15	16	17	17	18	19	20	21	23	23
TOLERÂNCIA NAS MEDIDAS DE 1 CM PARA MAIS OU 1 CM PARA MENOS, CONFORME NORMA ABNT NBR 12.071/02												

ITEM 06 – JAQUETA AGASALHO**FIGURA ILUSTRATIVA**



1-JAQUETA CORPO: JAQUETA ESCOLAR CONFECCIONADA EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO, 9,70%VISCOSE, 1,3%ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280,00G/M², NA COR AZUL ROYAL, PANTONE 19-4050 TPX.

2-RECORTE FRENTE E COSTAS: NA FRENTE E COSTAS DA JAQUETA DEVERÁ TER UM RECORTEEM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO, 9,70%VISCOSE, 1,3%ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280,00G/M², NA COR BRANCO, CONFORME DESENHO ILUSTRATIVO.

3-BOLSOS: A JAQUETA DEVERÁ TER DOIS BOLSOS LATERAIS COM OS FORROS EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO, 9,70%VISCOSE, 1,3%ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280,00G/M² NA CORAZUL ROYAL, CONFORME DESENHO ILUSTRATIVO, E NA COR AMARELO AS VISTAS DOS BOLSOS, EM MALHA HELANCA INTERLOCK DUPLA FRONTURA, NA COMPOSIÇÃO 61,00%POLIESTER, 28,00%ALGODÃO, 9,70%VISCOSE, 1,3%ELASTANO, COM GRAMATURA DE 280,00G/M².

4-MANGAS: NAS MANGAS DA JAQUETA DEVERÁ SER APLICADO 02 (DOIS) GALÕES COM 1,2CM CADA, EM MÁQUINA CATRACA 4 AGULHAS PONTO CORRENTE, DA SEGUINTE SENTIDO: FRENTE PARA COSTAS, BRANCO (FRENTE) E O AMARELO (COSTAS), EM PV (65% POLIÉSTER E 35% VISCOSE) COM SUA GRAMATURA DE 170 G/M², CONFORME DESENO ILUSTRATIVO, TAMBÉM DEVERÁ CONTER UM RECORTE NA PARTE DE BAIXO DA MANGA DE 8CM DE LARGURA NA COR AMARELO.

PANTONE, GALÃO, VISTAS DO BOLSO, RECORTE MANGA, AMARELO 12-0752 TPX.

PANTONE DO GALÃO BRANCO 11-0602 TPX.

5-ZÍPER: A JAQUETA DEVERÁ TER ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER DESTACÁVEL DE NYLON INVERTÍVEL, NA COR AZUL ROYAL, DE ACORDO COM A COR DO TECIDO DO CORPO, COM FECHAMENTO DA BARRA ATÉ O PÉ DA GOLA RESPONTADO EM MÁQUINA RETA DE 1 AGULHA COM APROXIMADAMENTE 0,5 MM.

6-GOLAS, PUNHOS E BARRA: A JAQUETA DEVERÁ BARRA E PUNHOS EM RETILÍNEA 100% ACRÍLICO DUPLA, CONFORME DESENHO ILUSTRATIVO

7-TERMOCOLANTE: NO LADO ESQUERDO DO PEITO DE QUEM VESTE (RECORTE) DEVERÁ TER UM TERMOCOLANTE DO BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, CONFORME FIGURA 1, NAS COSTAS DA JAQUETA DEVERÁ CONTER UM SILKSCREEN NA COR AZUL ROYAL CONFORME FIGURA 2.

8-CONFECÇÃO: PARA CONFECÇÃO DESTA PEÇA DEVERÁ SER UTILIZADA A LINHA EM 100% POLIÉSTER, N°120, NA COR DO TECIDO.

9- DA PEÇA: A PEÇA DEVE ESTAR LIMPA E INTEGRAL, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO.



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

10-ETIQUETA IDENTIFICAÇÃO: A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE SER DE TECIDO BRANCO, AFIXADA EM CARÁTER PERMANENTE E INDELÉVEL NA PARTE INTERNA DE CADA PEÇA, NO CENTRO DO GANCHO TRASEIRO, OS CARACTERES TIPOGRÁFICOS DOS INDICATIVOS NA COR PRETA DEVENDO SER UNIFORMES E INFORMAR A RAZÃO SOCIAL, CNPJ, MARCA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, SÍMBOLOS/INSTRUÇÕES DE LAVAGEM, TAMANHO. AS ETIQUETAS DEVEM CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES DESCRITAS NO REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE ETIQUETAGEM DE PRODUTOS TÊXTEIS, DETERMINADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 02 DO CONMETRO, DE 6 DE MAIO DE 2008

FIGURA 1

BRASÃO DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - PR, ATRAVÉS DE ETIQUETA TERMOCOLANTE BORDADA EM ALTA DEFINIÇÃO APLICADO ATRAVÉS DE PRENSA TÉRMICA DIMENSÕES DO BRASÃO 70 MM DE LARGURA POR 80 MM DE ALTURA.

FIGURA ILUSTRATIVA



FIGURA 2

NAS COSTAS DA JAQUETA DEVERÁ CONTER UM SILKSCREEN CONFORME DESENHO ABAIXO NAS CORES AZUL ROYAL NAS MEDIDAS DE 240 MM X 100 MM.

FIGURA ILUSTRATIVA

Educação
PREFEITURA MUNICIPAL
JAGUAPITÃ - PR

**TABELA DE MEDIDAS PARA AS JAQUETAS ESCOLARES**

MEDIDAS EM CENTÍMETROS	TAMANHOS											
	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG
A - COMPRIMENTO TOTAL SEM BARRA	35	39	43	50	56	59	63	65	67	70	73	75
B - TÓRAX	38	41	44	47	49	51	53	55	58	60	62	64
C - CAVA RETA	15	16	17	18	19	20	21	23	24	25	26	27
D - ALTURA DA BARRA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
E - COMPRIMENTO DA MANGA APARTIR DA CAVA	38	43	48	51	55	59	63	67	70	73	76	76
F - ALTURA DA GOLA	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
G - ALTURA DO PUNHO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Tolerância nas medidas de 1 cm para mais ou 1 cm para menos ou conforme norma ABNT NBR 12.071/02												

EMBALAGEM:

OS PRODUTOS DEVERÃO SER DEVIDAMENTE DOBRADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM UMA EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE NO TAMANHO ADEQUADO AO PRODUTO. POSTERIORMENTE O PRODUTO DEVE SER ENCAIXOTADO EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTE PADRONIZADAS DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM O NOME DO FORNECEDOR, PRODUTOS, TAMANHOS, QUANTIDADES CONSTANTES NA CAIXA, CONDIÇÕES DE EMPILHAMENTO E DEMAIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS QUANDO DO RECEBIMENTO, CONFERÊNCIA, ESTOCAGEM.

AMOSTRAS A SEREM APRESENTADAS EM 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TAMANHO
01	CAMISETA ESCOLAR MANGA CURTA	10
02	CAMISETA ESCOLAR MANGA LONGA	10
03	BERMUDA MASCULINA	10
04	SHORT-SAIA FEMININA	10
05	CALÇA UNISSEX	10
06	JAQUETA AGASALHO UNISSEX	10

PEDIMOS QUE ALEM DAS AMOSTRAS OS LAUDOS LABORATORIAIS ACREDITADO PELO INMETRO, O PROPRIO LABORATORIO COLOQUE EM (UMA SO FOLHA OU FOLHAS CONTÍNUAS NUMERADAS REFERENTE A CADA TECIDO) O REFERENTE AO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS.

1. DAS AMOSTRAS E LAUDOS:

AMOSTRA: AS EMPRESAS QUE OBTIVEREM CLASSIFICAÇÃO NA ETAPA DE LANCES, ATÉ A 3ª COLOCADA, DEVERÃO APRESENTAR SUAS AMOSTRAS E LAUDOS EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS APÓS O TÉRMINO DA SESSÃO PÚBLICA. OS LAUDOS SOLICITADOS DEVERÃO SER EMITIDOS POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO. CASO A EMPRESA VENCEDORA NÃO ATENDA AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO EDITAL, SERÁ DESCLASSIFICADA E A 2ª COLOCADA SERÁ AVALIADA, CASO A 2ª COLOCADA NÃO ATENDA AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO EDITAL, SERÁ DESCLASSIFICADA E A 3ª COLOCADA SERÁ AVALIADA E ASSIM SUCESSIVAMENTE ATÉ QUE SE OBTENHA UM VENCEDOR PARA O LOTE.

1.1. LAUDOS EXIGIDOS:**LAUDOS DA HELANCA DA JAQUETA E CALÇA MASCULINA, BERMUDA E SHORT-SAIA:**

COMPOSIÇÃO: 61% POLIÉSTER, 28% ALGODÃO, 9,70% VISCOSE, 1,30% ELASTANO; NORMA AATCC 20:2021 E AATCC 20:A 2021 (VARIAÇÃO DE 5%)

GRAMATURA: 290G/M² - NORMA ABNT NBR 10591:2008 (VARIAÇÃO DE 5%)



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

PILLING: MÍNIMO NOTA 5 – NORMA ISO 12945-1:2020

LAUDOS DA RETILÍNEA DA JAQUETA:

COMPOSIÇÃO: 100% ACRÍLICO; NORMA AATCC 20:2021 E AATCC 20A:2021.

SOLIDEZ DA COR A LAVAGEM E COMERCIAL: ALTERAÇÃO 4,5 (MÍNIMO) NORMA ABNT NBR ISO 105-C06:2010

SOLIDEZ DA COR AO SUOR ÁCIDO E ALCALINO: ALTERAÇÃO 4,5 (MÍNIMO) NORMA ABNT NBR ISO 105-E04:2014

ESTRUTURA DA MALHA: RIBANA RETILÍNE 1X1: NORMA ABNT NBR 13460:1995 E ABNT NBR 13462:1995.

SOLIDEZ A FRICÇÃO: NOTA MÍNIMA 4,5: - ABNT NBR ISO 105-X12:2019

GRAMATURA: 400G/M² - NORMA ABNT NBR 10591:2008 (VARIAÇÃO DE 5%)

LAUDOS DA MEIA MALHA DAS CAMISETAS MANGA CURTA E MANGA LONGA:

COMPOSIÇÃO: 63,00% POLIÉSTER, 20,00% ALGODÃO, 17,00% VISCOSE; NORMA AATCC 20:2021 E AATCC 20A:2021. (VARIAÇÃO DE 5%)

GRAMATURA: 170G/M² - NORMA ABNT NBR 10591:2008 (VARIAÇÃO DE 5%)

PILLING: MÍNIMO NOTA 4 – NORMA ISO 12945-1:2020

SOLIDEZ DA COR A LAVAGEM E COMERCIAL: ALTERAÇÃO 4 (MÍNIMO) NORMA ABNT NBR ISO 105-C06:2010

SOLIDEZ DA COR AO SUOR ÁCIDO E ALCALINO: ALTERAÇÃO 4 (MÍNIMO) NORMA ABNT NBR ISO 105-E04:2014

LOTE 2
DESCRIPTIVO TÉCNICO
(BOLSAS ESCOLARES)

ITEM 01 - MOCHILA DE CARRINHO: CONFECCIONADA EM TECIDO 56% POLIESTER E 44% POLIAMIDA MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP MEDINDO 04 MM DE ALTURA X 04 MM LARGURA COM ESPESSURA DE 0,45 MM CV%3, COM GRAMATURA DE 430 GR/M² CV%3, COR TPX 193950, TÍTULO FIO TRAMA DETEX 240, URDUME DETEX 177 CV%03. RESISTENCIA A TRAÇÃO TRAMA MINIMA 82 KGF CV%3. RESISTENCIA À TRAÇÃO URDUME 132 KGF CV%03. PLASTIFICADO COM PVC INCOLOR LIVRE DE METAIS PESADOS E FALATOS. **MEDIDAS DO CORPO PRINCIPAL:** 28 CM DE LARGURA x 33 CM DE ALTURA x 13 CM DE LARGURA NA COR PANTONE 19-3952 TPX. FOLE MAIOR NA COR PANTONE TPX 19-3952, MEDINDO 7,5 CM DE LARGURA x 45 CM DE COMPRIMENTO. FOLE MENOR NA COR PANTONE 19-3952, MEDINDO 3,5 CM DE LARGURA x 45 CM DE COMPRIMENTO E DOIS CURSOR NÍQUEL 08, COSTURA DUPLAS EM TODO CANAL DO ZIPER. FUNDO NA COR PANTONE TPX 19-3952, MEDINDO 13 DE LARGURA. ACABAMENTO EXTERNO EM VIVO NA COR BRANCA FRENTE E COSTA E BOLSOSE INTERNO E FITA DE TNT 80 GMS DE 30 MM NA COR PRETA. **COSTAS:** COM SUPORTE PARA FIXAR O CARRINHO NO MESMO MATERIAL DA MOCHILA NA COR AZUL ROYAL, MEDINDO 15 CM DE ALTURA E 30 CM DE LARGURA FIXADO NA PARTE CENTRAL DA MESMA, COM ACABAMENTO COM BARRA NAS EXTREMIDADES. **FRENTE:** DIVIDIDA EM DUAS PARTES, INFERIOR COM 20 CM DE ALTURA E SUPERIOR COM 16 CM DE ALTURA, COM DETALHE NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 22 CM DE COMPRIMENTO NA BASE SUPERIOR E 19 CM NA BASE INFERIOR. **BOLSOS LATERAIS:** UM EM CADA LADO EM TELA TIPO SPENCER MARINHO MEDINDO 15 CM DE ALTURA x 20 CM DE LARGURA COM FECHAMENTO NA PARTE SUPERIOR COM ELÁSTICO DE 25 MM NA COR AZUL ROYAL. **ALÇA DE MÃO:** EM FITA 100% POLIPROPILENO DE 30 MM TIPO CA NA COR AMARELO OURO, MEDINDO 12 CM DE ÁREA LIVRE. PEGA MÃO EM TECIDO NA COR PANTONE 19-3952 TPX, MEDINDO 3,3 CM DE LARGURA x 11 CM DE COMPRIMENTO. REFORÇO DA ALÇA DE MÃO EM TODO O FOLE DA MOCHILA EM FITA 100% POLIÉSTER COM NO MÍNIMO 75 MICRAS DE ESPESSURA, TIPO CA DE 30 MM DE LARGURA NA COR AMARELO OURO, MEDINDO 30MM x 45 CM DE COMPRIMENTO. **BOLSO FRONTAL INFERIOR** MEDINDO ALTURA 18 CM X LARGURA 22 CM X FUNDO 03 CM, FRENTE BOLSO NA COR AZUL-ROYAL. FECHAMENTO COM ZIPER 08 NA COR PRETA MEDINDO 54 CM E 01 CURSOR NÍQUEL, ACABAMENTO NAS EXTREMIDADES COM TERMINAL DE 4,5 CM DE ALTURA E 04 CM DE LARGURA NA COR AZUL ROYAL ACABAMENTO EXTERNO EM VIVO COESTRUZADO NA COR BRANCA E INTERNO EM FITA DE VIÉS DE TNT 80 GMS NA COR PRETA. LOGO E BRASÃO DO MUNICÍPIO NA PARTE FRONTAL DO BOLSO, MEDINDO 12 CM DE COMPRIMENTO E 11 CM DE ALTURA. ACABAMENTO NA PARTE SUPERIOR DO ZIPER EM FITA 100 % POLIÉSTER NA COR AZUL MARINHO. **BOLSO FRONTAL SUPERIOR** NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 11 CM DE ALTURA X 22 CM DE COMPRIMENTO FECHAMENTO COM ZIPER 08 MEDINDO 27

47

Fone/Fax (43) 3272-1122 Av Minas Gerais, 220 - Cx. Postal 61 - CEP. 86610-000

<http://www.jaguapita.pr.gov.br> E-mail: secretaria@jaguapita.pr.gov.br

Av. Minas Gerais, 220 - Cx. Postal 61 - CEP 86610-000 - Jaguapitã - PR

CM DE COMPRIMENTO E UM CURSOR NÍQUEL E ACABAMENTO NAS LATERIAS COM 02 TERMINAL DE 4,5 CM DE COMPRIMENTO X 04 CM DE LARGURA ACABAMENTO EXTERNO EM VIVO COESTRUZADO NA COR BRANCA E INTERNO EM FITA DE VIÉS TNT 80 GMS NA COR PRETA.ACABAMENTO NA PARTE SUPERIOR DO ZÍPER EM FITA 100 % POLIÉSTER NA COR AZUL MARINHO.**CARINHO EM PVC REFORÇADO NA COR PRETA E ALUMÍNIO**, BASE FIXA MEDINDO 23 CM PARTE DAS COSTAS, 20 CM FRENTE, CONTER DOIS PÉS DE APOIO COM 6,5 CM DE ALTURA CADA, LARGURA DA BASE 13 CM, CONTER 02 RODAS DE PVC NA COR PRETA MEDINDO 5,5 CM DE ALTURA. ALTURA DA BASE INFERIOR ATÉ A BASE SUPERIOR COM 40 CM, BASE SUPERIOR MEDINDO 18 CM DE COMPRIMENTO X 06 CM DE LARGURA COM DOIS ORIFÍCIOS PARA FIXAR OS REBITES, PEGA MÃO DO CARRINHO MEDINDO 18 CM DE LARGURA X 03 CM DE ALTURA, HASTE DE ALUMÍNIO COM ABERTURA DE 24 CM, TUBOS DE ALUMÍNIO RETANGULARES COM BASE DE 10 MM X 15 MM NA PARTE INFERIOR, HASTE COM LARGURA 12MM X 08 MM, A FIXAÇÃO DA MOCHILA NA PARTE INFERIOR NO CARRINHO SE DARÁ ATRAVÉS DE 03 REBITES PRETOS 05, FIXADAS INTERNAMENTE NA MOCHILA COM UM REFORÇO EM PVC RECICLADO DE 10 MM, COM CANTOS ARREDONDADOS MEDINDO 12 CM DE LARGURA X 39 CM DE COMPRIMENTO, O MESMO SERÁ COBERTO POR UMA FAIXA DE TNT 80 G/M² AZUL MARINHO, MEDINDO 43 CM COMPRIMENTO E 13 CM DE LARGURA. NA PARTE SUPERIOR DO CARRINHO SERÁ FIXADO POR DOIS REBITES PRETOS Nº4 E INTERNAMENTE EM PVC RECICLADO MEDINDO 20 CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE LARGURA EM FORMATO OVAL E CANTOS ARREDONDADOS .

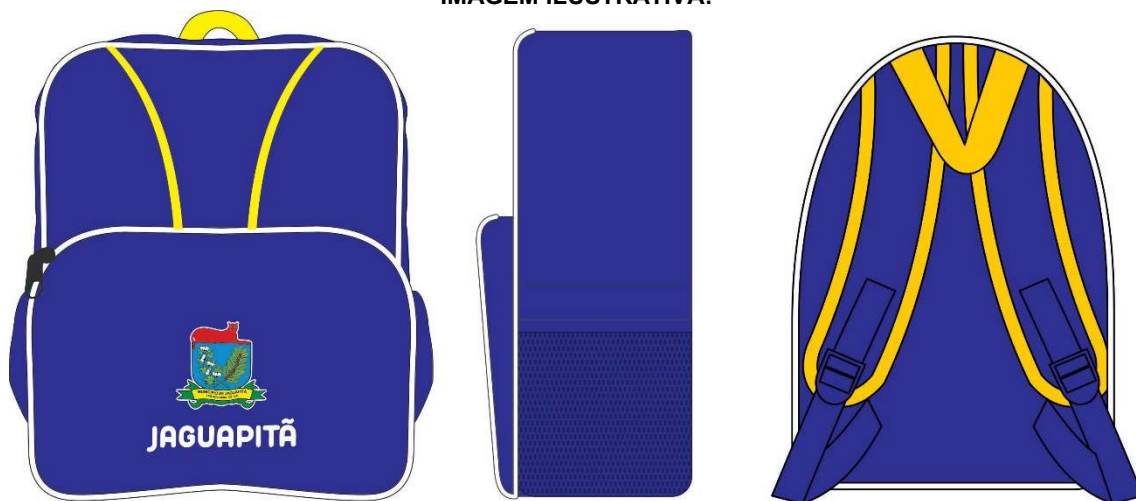
IMAGEM ILUSTRATIVA:



ITEM 02 - MOCHILA ESCOLAR FUNDAMENTAL COM ALÇAS: CONFECCIONADA EM TECIDO 56% POLIESTER E 44% POLIAMIDA MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP MEDINDO 04 MM DE ALTURA X 04 MM LARGURA COM ESPESSURA DE 0,45 MM CV%3, COM GRAMATURA DE 430 GR/M² CV%3, COR TPX 193950, TÍTULO FIO TRAMA DETEX 240, URDUME DETEX 177 CV%03. RESISTENCIA A TRAÇÃO TRAMA MINIMA 82 KGF CV%3. RESISTENCIA Á TRAÇÃO URDUME 132 KGF CV%03. PLASTIFICADO COM PVC INCOLOR LIVRE DE METAIS PESADOS E FORMALATOS. MEDIDAS DO CORPO: **40 CM DE ALTURA X 30 CM DE LARGURA X FUNDO COM 13 CM DE LARGURA**, DOIS FOLES DO ZÍPER COM 63 CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE LARGURA COM FECHAMENTO EM ZÍPER 08 NA COR PRETA E DOIS CURSOR NÍQUEL ACABAMENTO EXTERNO FRENTE E COSTAS EM VIVO COESTRUZADO NA COR

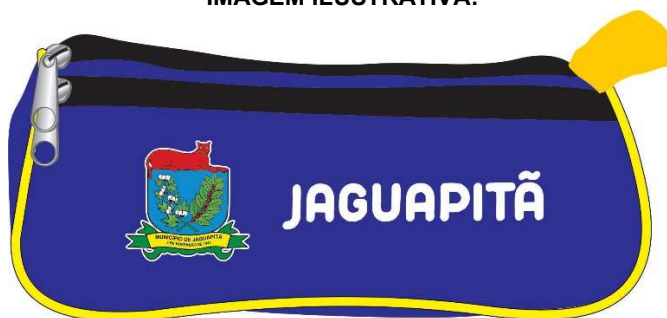
BRANCA E INTERNO EM FITA DE TECIDO NÃO TECIDO DE 30 MM LARGURA E 80GM², NA COR PRETA. **BOLSO FRONTAL:** MEDINDO 30 CM DE LARGURA X 23 CM DE ALTURA X 04 CM FUNDO COM 57 CM DE COMPRIMENTO E 04 CM DE LARGURA, FECHAMENTO COM ZIPER 08 NA COR PRETA MEDINDO 43 CM E UM CURSOR NIQUEL. ACABAMENTO EXTERNO EM VIVO COESTRUZADO NA COR BRANCA E INTERNO EM FITA DE TECIDO NÃO TECIDO DE 30 MM LARGURA E 80GM², NA COR PRETA. **PARTE FRONTAL DA MOCHILA** NA COR AZUL ROYAL DETALHES NAS LATERAIS NO MESMO TECIDO DA MOCHILA MEDINDO 40 CM DE ALTURA X 13 CM DE LARGURA NA SUA BASE INFERIOR, COM ACABAMENTO NAS LATERAIS EM VIEZ 100 % POLIESTER NA COR AMARELO OURO, ACIMA DO BOLSO FRONTAL MEDINDO 06 CM ENTRE ELAS E NA PARTE SUPERIOR COM 20 CM ENTRE OS DOIS DETALHESEM FORMATO AREDONDADO. **COSTAS:** ALMOFADADA COM ESPUMA PAC DE 04 MME FORRADA EM TECIDO 100% POLIESTER RESINADO NA COR PRETA COM COSTURA EM FORMA DE "V" INVERTIDO COM UM PICO A 20 CM DA BASE INFERIOR. NA PARTE INFERIOR DOIS TRIANGULOS MEDINDO 6X7X9 APROXIMADAMENTE COSTURADOS E REBATIDOS, QUE SERVE COMO REFORÇO PARA OS TIRANTES MEDINDO 50 CM DE COMPRIMENTO PARA PASSAR NO REGULADOR TRIPLO DAS ALÇAS DE OMBRO, NA BASE SUPERIOR ETIQUETA EM SETIM MEDINDO 09 CM DE ALTURA X 05 CM DE LARGURA, CONTENDO AS ESCRITAS EM PRETO, NOME, SÉRIE, ESCOLA, TELEFONE, RESPONSÁVEL. **ALÇAS:** ALÇAS DE OMBRO CONFECCIONADA NO MESMO TECIDO DO CORPO PRINCIPAL, MEDINDO 39 CM DE COMPRIMENTO E 07 CM DE LARGURA, ALMOFADADA COM ESPUMA PAC DE 04 MM E ACABAMENTO EXTERNO EM FITA DE 25 MM 100 % POLIESTER NA COR AZUL ROYAL, COSTURADA EM FORMA DE "X" OU QUADRADO SOBRE A MESMA UMA FITA TIPO CA NA COR AMARELA COM 06 CM DE COMPRIMENTO DOBRADA, PRESA NESSAS UM REGULADOR TRIPLO DE 30 MM NA COR PRETA. ALÇA DE MÃO MEDINDO 22 CM DE COMPRIMENTO COSTURADA SOBRE AS ALÇAS DE OMBRO. AS MESMAS SERÃO FIXADAS NA MOCHILA POR TRAVESSA NA MESMA FITA MEDINDO 30 CM DE COMPRIMENTO NA HORIZONTAL A 03 CM BASE SUPERIOR. **FORRO DAS COSTAS:** CONFECCIONADO EM TECIDO 100% POLIESTER, PANTONE TPX 19.0303. IMPRESSÃO EM SILK SCREEN NO BOLSO FRONTAL, EM POLICROMIA IMPRESSÃO COM O BRASÃO E O LOGO DO MUNICIPIO. CONTER ETIQUETA INTERNA CONFORME NORMAS, COMPOSIÇÃO DO MATERIAL, GRAMATURA MINIMA E INSTRUÇÕES DE USO EM SIMBOLOGIA.

IMAGEM ILUSTRATIVA:



ITEM 03 - ESTOJO ESCOLAR TIPO CANOA: CONFECCIONADA EM TECIDO 56% POLIESTER E 44% POLIAMIDA MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP MEDINDO 04 MM DE ALTURA X 04 MM LARGURA COM ESPESSURA DE 0,45 MM CV%3, COM GRAMATURA DE 430 GR/M² CV%3, COR TPX 193950, TITULO FIO TRAMA DETEX 240, URDUME DETEX 177 CV%03. RESISTENCIA A TRAÇÃO TRAMA MINIMA 82 KGF CV%3. RESISTENCIA À TRAÇÃO URDUME 132 KGF CV%03. PLASTIFICADO COM PVC INCOLOR LIVRE DE METAIS PESADOS E FALATOS. **MEDINDO** 20 CM DE COMPRIMENTO 08 CM DE ALTURA 06 CM DE FUNDO, ACABAMENTO EXTERNO EM VIVO NA COR BRANCA E INTERNO EM FITA DE TNT 80 GM² NA COR PRETA COM 03 CM DE LARGURA, ZIPER 06 NA COR PRETA E 01 CURSOR NIQUEL MEDINDO 19 CM DE COMPRIMENTO, FOLAS DO FUNDO MEDINDO 28 CM DE COMPRIMENTO. PUXADOR DO LADO ESQUERDO FITA CA DE 30 MM NA COR AMARELO OURO COM 04 CM DE COMPRIMENTO JÁ DOBRADO. BOLSO FRONTAL MEDINDO 19 CM DE COMPRIMENTO E 06 CM DE ALTURA, FECHAMENTO COM ZIPER 06 PRETO E UM CURSOR NIQUEL, IMPRESSÃO DO BRASÃO E LOGO DO MUNICIPIO E ESCRITA EM BRANCO.

IMAGEM ILUSTRATIVA:



ITEM 04 - PASTA PROFESSOR: CONFECCIONADA EM TECIDO 56% POLIESTER E 44% POLIAMIDA MAQUINETADO DERIVADO DE TELA COM EFEITO RIP STOP MEDINDO 04 MM DE ALTURA X 04 MM LARGURA COM ESPESSURA DE 0,45 MM CV%3, COM GRAMATURA DE 430 GR/M² CV%3, COR TPX 193950, TITULO FIO TRAMA DETEX 240, URDUME DETEX 177 CV%03. RESISTENCIA A TRAÇÃO TRAMA MINIMA 82 KGF CV%3. RESISTENCIA À TRAÇÃO URDUME 132 KGF CV%03. PLASTIFICADO COM PVC INCOLOR LIVRE DE METAIS PESADOS E FTALATOS **MEDIDAS : CORPO PRINCIPAL** MEDINDO 38 CM DE LARGURA X 29 CM DE ALTURA X 12 CM DE FUNDO,FECHAMENTO ATRAVEZ DE ZIPER 08 COR PRETA COM 56 CM DE COMPRIMENTO E 02 CURSOR NYQUEL E ABERTURA ENTRE DOIS FOLES .COSTAS FUNDO ALMOFADADAS COM ESUMA PAC DE 05 MM E FORRO TECIDO 100% POLIAMIDA NA COR PRETA E PORTA NOT NAS COSTAS MEDINDO 38 CM DE LARGURA X 24 CM DE ALTURA PARTE EXTERNA EM POLIESTER 100%, ALMOFADADO COM PAC 05 MM ACABAMENTO SUPERIOR EM VIEZ 25 MM 100 % POLIESTER FECHAMENTO COM CA 30 PRETO E VELCRO DE 25 MM. **BOLSO FRONTAL** ABAIXO DA ABA FRONTAL MEDINDO 38 CM DE LARGURA X 24 CM DE ALTURA,FECHAMENTO COM ZIPER 08 PRETO E UM CURSOR NIQUEL ACABAMENTO SUPERIOR EM VIEZ 100 % POLIESTER NA COR AZUL ROYAL. **ABA FRONTAL** MEDINDO 28 CM DE ALTURA X 38 CM DE LARGURA FORRADA COM MESMO TECIDO DA PASTA DIVIDIDA EM TREZ PARTES, **BASE SUPEIROR** COM 36 CM LARGURA E 02 CM DE ALTURA, **MEIO** COM 17 CM ALTURA E 38 CM DE LARGURA, AONDE SERA ESTAMPADA A LOGO E O BRASÃO DO MUNICIPIO EM CORMIA E NA PARTE SUPERIOR ABERTURA EM ZIPER 08 NA COR PRETA E UM CURSOR NIQUEL PARA ABERTURA DE BOLSO. **PARTE INFERIOR** COM 38 CM DE LARGURA E 09 CM DE ALTURA AONDE SERA FIXADO DOIS FECHOS DE 30 MM A UMA DISTANCIA DE 17 CM UM DO OUTRO, FIXADOS POR FITA CA DE 30 MM NA COR PRETA COM 03 CM DUBLADAS. ACABAMENTO EXTERNO EM FITA DE VIEZ 100% POLIESTER NA COR PRETA.FECHAMENTO DA ABA COM DOIS FECHOS DE 30 MM EM POLIECETAL FIXADOS NA ABA E NA BASE DO BOLSO FRONTAL. **ALÇAS:DUAS** ALÇAS DE MÃO CONFECCIONADAS EM FITA CA DE 30 MM NA COR AMARELA MEDINDO 32 CM DE COMPRIMENTO COM 13 CM ENTRE ELAS E PEGA MÃO NO MESMO TECIDO DA PASTA COM 04 CM DE LARGURA E 12 CM DE COMPRIMENTO.ALÇA TIRA COLO EM FITA CA NA COR AMARELO OURO COM 40 MM DE LARGURA E 1,40 METROS DE COMPRIMENTO COM REGULAGEM DE TAMANHO E DESTACAVEL ATRAVÉZ DE REGULADOR, MOSQUETÃO DE 40 MM E MEIA ARGOLA DE 30 MM EM METAL GROSSO SOLDADO. ACABAMENTO EXTERNO FRENTE E COSTAS EM VIVO PRETO E INTERNO EM FITA TNT 80 GM PRETA.

IMAGEM ILUSTRATIVA:



A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRAS E OS LAUDOS LABORATORIAIS ACREDITADO PELO INMETRO, O PRÓPRIO LABORATÓRIO COLOQUE EM (UMA SO FOLHA OU FOLHAS CONTÍNUAS NUMERADAS REFERENTE A CADA TECIDO) O REFERENTE AO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS.

SERÁ EXIGIDO OS LAUDOS DOS ENSAIOS CONFORME TABELA ABAIXO COM VARIAÇÃO DE ATÉ 05 % PARA +/-.

TECIDO PRINCIPAL DA MOCHILA

ENSAIOS	NORMAS	RESULTADO	TOLERANCIA
COMPOSIÇÃO	NORMAS 20:2013 E 20A:2014 DA AATCC	56% POLIESTER 44% POLIAMIDA	5% PARA +/-
ESPESSURA	ABNT NBR 13371/2005	0,45 MM	5% PARA +/-
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	430 G/M²	5% PARA +/-
ESTRUTURA	ABNT NBR 12546:2017	Tecido maquinado derivado de tela com efeito Rip Stop	SEM TOLERANCIA
TÍTULO FIO	ABNT NBR 13216/1994	TRAMA FIO DTEX 241 - URDUME DTEX 177	5% PARA +/-
RESISTENCIA A TRAÇÃO E ALONGAMENTO	ABNT NBR 11912/2016	RESISTENCIA TRAÇÃO TRAMA 82 KGF, URDUME 132 KGF,	5% PARA +/-
DENSIDADE	ABNT NBR 10588.2015	TRAMA 27,3 FIOS CM URDUME 44 FIOS.CM	5% PARA +/-
IMPERMEABILIDADE	PROCEDIMENTO INTERNO	SEM VAZAMENTO SOBRE COLUNA D AGUA	SEM TOLERANCIA
DECLARAÇÃO PLASTIFICAÇÃO	NORMAS DE ACORDO MINISTÉRIO DA SAUDE	RESINA PVC 41%, CARBONATO DE CALCIO 18%, NEXOB5 PLASTIFICANTE 22%, ESTABILIZANTE 8%, SEM FTLATO	5% PARA +/-

TECIDO FORRO COSTAS

COMPOSIÇÃO	NORMAS 20:2013 E 20A:2014 DA AATCC	100% POLIESTER	SEM TOLERANCIA
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	340 G/M²	5% PARA +/-
ESPESSURA	ABNT NBR 13371/2005	0,47 MM	5% PARA +/-
ESTRUTURA	ABNT NBR 12546/2017	TELA 1X1	SEM



TITULO FIO	ABNT NBR 13216/1994	TRAMA DTEX 306 URDUME DTEX 183	TOLERANCIA 5% PARA +/-
RESISTENCIA A TRAÇÃO E ALONGAMENTO	ABNT NBR 11912/2016	RESISTENCIA TRAÇÃO TRAMA 34,5 KGF, URDUME 70 KGF, ALONGAMENTO TRAMA 17,3% URDUME 30%	5% PARA +/-
RESISTENCIA AO RASGO	ASTM D 1424/2019	TRAMA 3,8 KGF URDUME 4,7 KGF	5% PARA +/-
ABRASÃO	ASTM D 3884/2009	6000 CILCOS SEM DESGASTAR	MINIMO
DENSIDADE	ABNT NBR 10588.15	TRAMA 17,5 FIOS/CM URDUME 21, FIOS CM	5% PARA +/-
PANTONE	PANTONE TEXTIL	TPX 19.0303	SEM TOLERANCIA

TECIDO TELA BOLSO LATERAL

COMPOSIÇÃO	NORMAS 20:2013 E 20A:2014 DA AATCC	100% POLIESTER	SEM TOLERANCIA
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	181 G/M²	5% PARA +/-
ESPESSURA	ABNT NBR 13371/2005	2,84 MM	5% PARA +/-
ESTRUTURA	ABNT NBR 12546/2017	MALHA POR URDUME	SEM TOLERANCIA
DENSIDADE	ABNT NBR 12060:1991	15 CURSOS/CM 9 COLUNAS/CM	5% PARA +/-
RESISTENCIA AO ESTOURO	ABNT NBR 13384:1995	12 KGF CM²	5% PARA +/-

TECIDO FORRO DA BOLSA PROFESSOR

COMPOSIÇÃO	NORMAS 20:2013 E 20A:2014 DA AATCC	100% POLIESTER	SEM TOLERANCIA
GRAMATURA	ABNT NBR 10591/2008	250 G/M²	5% PARA +/-
ESPESSURA	ABNT NBR 13371/2005	0,28 MM	5% PARA +/-
ESTRUTURA	ABNT NBR 12546/2017	TELA 1X1	SEM TOLERANCIA
DENSIDADE	ABNT NBR 12060:1991	TRAMA 16 FIOS/CM URDUME 20 FIOS/CM	5% PARA +/-
RESISTENCIA AO RASGO	ASTM D 1424/2019	TRAMA 6,4 KGF URDUME 5,6 KGF	5% PARA +/-
TITULO FIO	ABNT NBR 13216/1994	TRAMA 370DTEX URDUME 380 DTEX	5% PARA +/-



ANEXO 2 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.3 Unidades Requisitantes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO (dirigida por Rosimeire Simeoni de Lima)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A aquisição de Uniformes e Bolsas Escolares ao atendimento das necessidades da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO** é de extrema importância por várias razões:

A disponibilização dos Uniformes e Bolsas Escolares é de grande importância para que se possa ser mantido a oferta de todas as vestimentas da educação, mantendo a padronização já utilizada nos anos anteriores e ajudando aos pais e responsáveis na aquisição de camisetas de manga curta e longa, calça, jaqueta, short-saia e bermuda, além das bolsas escolares e estojos, evitando despesas por parte dos pais e responsáveis, e mantendo a padronização das cores do município, algo de grande importância de representação para a educação municipal.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1. As memórias de cálculo que justificam as quantidades designadas para cada item da solução pretendida estão operacionalizadas como resposta do



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA, tal qual contou com a secretaria, indicada no item 1.3 deste termo, ora oficializada para preenchimento do quantitativo de cada item a que sua alçada utilizará. A secretaria estimou as quantidades em função estimativa de professores na rede de educação, quando se refere à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

4. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A estimativa preliminar do preço para a futura contratação visa à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade. O orçamento estimativo final é resultado das apurações realizadas por meio de pesquisas de preços, conforme anexos a esta documentação:

4.1.1. ORÇAMENTOS UNIFORMES: ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI EPP: R\$760.000,00; COTEX TEXTIL LTDA: R\$820.200,00; CO-PES TEXTIL LTDA: R\$865.990,00.

4.1.2. ORÇAMENTOS BOLSAS: ON LINE COMERCIO DE BOLSAS EIRELI EPP: R\$ 332.000,00; JN BOLSAS INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI ME: R\$407.000,00; CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS LTDA: R\$ 424.000,00.

5. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação possui viabilidade técnica, operacional e orçamentária, de acordo com os apontamentos gerados por meio do presente documento, assim complementado pela indicação da Dotação Orçamentária pelo Departamento de Contabilidade Municipal, da Avaliação Geral da Licitação pela Controladoria Municipal e do Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, de modo que, esses termos apresentados pelos entes indicados são endossadores da viabilidade licitatória.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento será realizado pelo processo simples de licitação em virtude da grande quantidade de alunos matriculados na rede municipal de ensino, resultando em um custo considerável, considerando o menor preço por



lote.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação conforme exigido pela Lei de Licitações N° 14.133/2021, com o intuito de assegurar a capacidade técnica, jurídica e fiscal dos participantes.

8. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

8.1. A modalidade adotada será o Pregão Eletrônico, conforme previsto na legislação em vigor. Essa escolha é respaldada em virtude da quantidade de itens (Uniformes e Bolsas) e alunos matriculados, com base nas Licitações de anos anteriores.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1. Dispensa-se a aplicabilidades dos incisos II, III, V, VII, IX, X, XI e XII do §1º do art.18 da Lei n.º 14.133/21, conforme estabelecido no §2º do art.18 da Lei n.º 14.133/21, em que é possível que nem todos os elementos previstos no § 1º sejam contemplados no estudo técnico preliminar. Nesse caso, apresentam-se as devidas justificativas para a exclusão desses elementos:

9.1.1 Padronização dos produtos: Os materiais de expediente, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, mobiliário e afim, são itens de consumo corrente nas atividades cotidianas de todos os departamentos da organização. Geralmente, esses produtos já possuem características e especificações bem protegidas e amplamente conhecidas no mercado, o que torna desnecessário o detalhamento técnico minucioso presente nos incisos mencionados.

9.1.2 Concorrência no mercado: Devido à natureza comum desses produtos, a dispensa dos incisos mencionados também se justifica pelo fato de que existe uma ampla concorrência entre os fornecedores no mercado. Esses produtos são geralmente disponibilizados por diversos fornecedores, com preços e condições de entrega competitivas. Portanto, não é necessário realizar estudos técnicos detalhados para garantir a concorrência entre os fornecedores, uma vez que essa competição já existe naturalmente. Essa medida simplifica o processo de contratação, permitindo que os departamentos possam comparar e selecionar os fornecedores com base em critérios como preço, qualidade e prazo de entrega, sem a necessidade de requisitos técnicos complexos. Isso incentiva a obtenção

55



dos melhores custos-benefícios para a administração pública.

9.1.3 Praticidade e eficiência: A dispensa dos incisos mencionados permite uma maior agilidade no processo de contratação, eliminando etapas burocráticas e atendendo o tempo necessário para a realização das aquisições. Isso proporciona uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, evitando atrasos e garantindo o abastecimento contínuo daqueles itens essenciais para o funcionamento de todos os departamentos.

9.1.4 Redução de custos: Ao dispensar a elaboração detalhada do Estudo Técnico Preliminar para contratações comuns, há uma redução significativa de custos administrativos. A simplificação do processo permite uma alocação mais eficiente dos recursos financeiros, direcionando-os diretamente para a aquisição dos produtos necessários, sem a necessidade de despesas extras com elaboração de estudos técnicos minuciosos.

9.1.5 Flexibilidade e agilidade nas compras: A dispensa dos incisos mencionados proporciona maior flexibilidade nas compras, permitindo que os departamentos realizem suas compras de forma mais ágil, de acordo com suas necessidades específicas e prazos cumpridos. Isso evita o excesso de burocracia e simplifica a gestão dos processos de compra, garantindo uma resposta mais rápida às demandas internas.

9.2. Portanto, a dispensa dos incisos II, III, V, VII, IX, X, XI e XII do Estudo Técnico Preliminar para contratações comuns entre todos os departamentos, como materiais de expediente, gêneros alimentícios, materiais de limpeza, mobiliário e afins, se justificativa pela padronização dos produtos, concorrência no mercado, praticidade e eficiência, redução de custos e flexibilidade nas compras. Essa medida visa agilizar e simplificar o processo de aquisição desses itens essenciais, otimizando a gestão de recursos públicos e atendendo de forma eficaz às necessidades dos departamentos.

Jaguapitã – PR, 08 de novembro de 2024.

ROSIMEIRE SIMEONI DE LIMA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Turismo
Portaria N° 195/2024



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Jaguapitã

CNPJ - 75.457.341/0001-90

ANEXO 3 DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE:
N.º CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
PESSOA PARA CONTATOS:
TELEFONES:

Item	Descrição	CATMAT	Quantidade	Valor Unitário	Total
TOTAL = R\$					

Valor total: R\$ _____ (por extenso).

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

Prazo de validade de: XX (mínimo 90) dias, contados da data de abertura da licitação.

Cidade/UF, XX de XXXX de 2024.

**Representante legal
(assinatura)**



ANEXO 4 - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP n.º XX/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º
XX/2024

O MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, inscrito no CNPJ sob n.º 75.457.341/0001-90 sediado à Avenida Minas Gerais, 220, Centro, nesta cidade de Jaguapitã – PR, e de outro lado, a EMPRESA, CNPJ n.º _____, com sede na RUA, Nº, BAIRRO, em CIDADE/ESTADO, CEP n.º _____, fone _____, e-mail: _____, representada por _____, RG n.º _____ SSP/ESTADO e CPF n.º _____, firmam a presente ata, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21, legislação correlata e com as seguintes cláusulas:

1. OBJETO

1.1. Esta ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição do objeto descrito na seguinte tabela:

Item	Descrição	CATMAT	Quantidade	Valor Unitário	Total
TOTAL = R\$					

1.3. As especificações técnicas do objeto, as condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no **Anexo 1 do Edital - Termo de Referência**, o qual é parte integrante desta ata independentemente de transcrição.

2. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

2.1. As contratações serão formalizadas por nota de empenho encaminhada ao e-mail do FORNECEDOR, cujo aceite deverá ser confirmado em um dia.

**3. VIGÊNCIA DA ATA**

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Município e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

4.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

4.3.1. O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

4.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-



financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Município a análise e deliberação a respeito do pedido.

4.4.2. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

4.4.3. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Município poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

4.4.4. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A gestão e fiscalização desta ata seguirá o disposto no instrumento convocatório e demais normativas pertinentes do Município.

5.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. O FORNECEDOR poderá ser apenado com:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município.

6.2. Poderão ser aplicadas as seguintes multas:

6.2.1. de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

6.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do Município.

6.2.2. de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

6.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pelo FORNECEDOR ou nos casos de cancelamento da ata ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

6.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata pela sua inexecução total.

6.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.



6.5. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total da ata, fica facultado ao Município reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.

6.6. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município, sendo o dano superior ao percentual referido.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido ao FORNECEDOR.

6.8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

6.9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.10. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do preço do FORNECEDOR será cancelado pelo Município quando o FORNECEDOR:

7.1.1. for liberado;

7.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

7.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade; e



7.2. demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

7.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Município:

7.3.1. pelo decurso do seu prazo de vigência;

7.3.2. se não restarem fornecedores registrados;

7.3.3. por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.3.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.4. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa do Município, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.

7.5. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, o Município, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.

7.6. A decisão de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município.

8. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

8.1. É vedada a utilização desta ata por órgãos ou entidades não participantes. (ajustar, se for o caso, para adesão por outros entes do município).

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. Esta ata e as contratações dela decorrentes se regem pelas disposições



expressas na Lei Federal n.º 14.133/21 e da legislação correlata e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

10. DA PUBLICIDADE

10.1. Extrato desta ata será publicado no Diário Oficial do Município.

10.2. Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e dos contratos, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n.º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro de Jaguapitã/PR, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta ata e contratações decorrentes.

11.2. As partes firmam a presente ata na presença de duas testemunhas.

Jaguapitã/PR, XX de XXXX de 2024.

GERSON LUIZ MARCATO
Prefeito Municipal

NOME DA EMPRESA
Representante

TESTEMUNHAS:

<hr/>		<hr/>	
(assinatura)		(assinatura)	
Nome:		Nome:	
CPF:		CPF:	
RG:		RG:	